

**ANAIS
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO**

CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS

Segundo Ano da Segunda Legislatura

SESSÃO DE 1831

COLIGIDOS

POR

Antonio Pereira Pinto

EM VIRTUDE DE RESOLUÇÃO DA MESMA CÂMARA

TOMO SEGUNDO

RIO DE JANEIRO

Tipografia do H. J. Pinto – Rua do Hospício, 218

1878

ÍNDICE ¹
DO
SEGUNDO VOLUME

A

Acusação do ministro da justiça Diogo Antonio Feijó – foram eleitos para a respectiva comissão os Srs. Xavier de Carvalho, Paraiso e Castro Alves, - págs. 5, 16, 43, 57 (discussão), 66, 77 e 93. Oraram os Srs. Castro Alves, Rebouças, Paraiso, Xavier de Carvalho, Montezuma, Cassiano, May, Costa Ferreira, Carneiro Leão, Evaristo, Carneiro da Cunha, Rezende, Hollanda Cavalcanti, Castro e Silva e Aureliano.

A discussão foi longa, tratando-se de pontos jurídicos sobre a concessão de cartas de seguro, sua origem e histórico:

A denúncia contra o ministro da justiça Feijó era fundada na suspensão que ordenara das referidas cartas de seguros, tendo encontrado da parte de alguns magistrados relutância no cumprimento daquela determinação.

Na sessão de 31 de Agosto, à pág. 101, decidiu-se por votação nominal que não procedia a denúncia contra o dito ministro.

Votaram 57 deputados neste sentido e 15 de modo contrario.

Acusação do ex-ministro marquês de Baependy, - págs. 10, 39 e 156.

A comissão julgou improcedente a acusação e o parecer foi aprovado.

Aposentadoria a diversos funcionários públicos, - pág. 11.

Acusação do ex-ministro Clemente Pereira – discussão do parecer da comissão especial que julgará procedente a acusação, - págs. 21, 30, 37, 52, 208 e 218.

Oraram os Srs. Paraiso, Rebouças, Xavier de Carvalho, Perdigão, Limpo de Abreu, Maria de Moura, Costa Ferreira, Odorico, Montezuma e Maia.

A pág. 35 decidiu-se que tinha lugar a acusação.

Acontecimentos ou tumultos na Bahia – discussão do parecer das comissões de constituição e justiça criminal sobre aqueles acontecimentos; tratou-se da anistia para os que haviam neles tomado parte, - pág. 47.

Acontecimentos sediciosos de 6 e 7 de Outubro na corte – ofício do ministro da justiça e do Senado, este declarando-se em sessão permanente; parecer das comissões de constituição e justiça criminal, aludindo à linguagem inconveniente para a câmara de que usara o referido ministro em seu ofício. Outro parecer das mesmas comissões em o qual referindo-se à resposta do ministro a mesma Câmara estranhavam que solicitasse medidas arbitrárias e inconstitucionais, como a suspensão de garantias, - págs. 222 e 230.

B

Banco – parecer da respectiva comissão sobre a proposta do governo, - págs. 29 e 220; nesta página trata-se da liquidação do antigo banco.

Baependy. – Vid. *Acusação do ex-ministro marquês de Baependy*.

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

C

Campos – discussão do projeto unindo a vila de Campos à província do Rio de Janeiro, - págs. 55 e 105.

Código do processo – o Sr. Alves Branco enviou à mesa o código do processo com uma resolução para regular-se o processo criminal nos juízos de 1ª instância, - págs. 65, 188 (discussão), 194 (adopção do projeto) 207 e 208.

A resolução do código tem o n. 230.

Código criminal – discussão do projeto do Senado alterando diversas penas do citado código, - págs. 223, 229 (passou em 2ª discussão). 231 e 234.

Oraram os Srs. Castro Alves, Evaristo (seu discurso foi muito apoiado), Xavier de Carvalho, Rezende, Aureliano e Luiz Cavalcanti.

O deputado Luiz Cavalcanti dirigiu exprobrações veementes ao ministro da justiça Feijó pela maneira irregular por que oficiara à Câmara e pelas suas opiniões autocráticas; o deputado Evaristo defendeu o ministro em termos enérgicos. “Eu não careço do governo, disse Evaristo, não sou homem de ninguém; o governo não me fez benefício algum, e se quiser fazê-lo, rejeito-o. Vendo livros em minha casa e disto recebo uma subsistência honrada. (Muitos apoiados.)”

As galerias manifestaram vivos sinais de adesão aos atos do governo.

Clemente Pereira (José). – Vid. *Acusação do ex-ministro Clemente Pereira*.

Contrabando de escravos – discussão do respectivo projeto, - págs. 234 e 238.

D

Diários da Câmara – exposição do deputado diretor dos diários acerca dos taquígrafos; na discussão do orçamento do ministro do império tratou-se da supressão da verba para as despesas dos diários, - pág. 112.

Dotação do Sr. D. Pedro II – projeto do Sr. Carneiro Leão estipulando a quantia, - pág. 216.

E

Expulsão de certos empregados públicos desafetos à causa constitucional – parecer importante da comissão especial sobre este assunto, - pág. 16.

Eleição da mesa – Agosto – foram eleitos presidente o Sr. Alencar; vice-presidente o Sr. Araujo Lima; e secretários os Srs. Chichorro, Soares de Souza, Monteiro de Barros e Ferreira de Castro, - pág. 20.

Empréstimo português – parecer da comissão de diplomacia sobre a reclamação da regência da ilha Terceira àquele respeito, - pág. 37.

Escravos que entrassem no território do Brasil – discussão do projeto do Senado n. 83, - págs. 54 e 55.

Escolas de medicina – discussão do plano para organização daquelas escolas, - pág. 112.

Eleição da mesa – Setembro – foram eleitos os mesmos membros do mês anterior, - pág. 119.

Estatutos do curso jurídico de São Paulo – discussão da resolução n. 118 aprovando provisoriamente o projeto daqueles estatutos, - pág. 210.

Eleição da mesa – Outubro – resolveu-se que continuassem os mesmos membros até o fim da prorrogação, - pág. 217.

F

Forças navais – emendas do Senado; discussão, - pág. 39.

Fontes artesianas – discussão do projeto relativo à abertura e construção daquelas fontes, - pág. 219.

Festividade nacional – foram declarados tais os dias 7 de Abril e 2 de Dezembro. O dia 12 de Outubro foi eliminado daquele número, - pág. 230.

Feijó (Diogo Antonio). – Vid. Acusação do ministro da justiça Feijó.

Fala do trono no encerramento da assembleia geral, - pág. 252.

G

Guarda municipal permanente – discussão da proposta do governo – págs. 209 e 218. O Senado remeteu um projeto de lei sobre este mesmo assunto, - págs. 219, 224, 223 e 230.

J

João Bonifacio Alves da Silva – discussão do parecer das comissões de constituição e diplomacia sobre o ato do ministro da justiça pondo fora da proteção das leis ao dito João Bonifacio, - pág. 88.

Oraram os Srs. May, Rebouças, Carneiro da Cunha, Costa Ferreira, Odorico, Castro Alves, Carneiro Leão, Montezuma, Ernesto, França e outros.

L

Laço nacional – decreto do governo, - pág. 240.

M

Morgados – discussão do projeto vedando seu estabelecimento, - pág. 41.

Moeda de cobre – discussão do projeto n. 188 de 1831 – págs. 46, 51, 54, 55, 56 e 61.

Marquês de Aracaty – denuncia dada contra aquele ex-ministro dos negócios estrangeiros pelo deputado Aureliano, - pág. 241.

O

Orçamento da fazenda e orçamento da receita e despesa – discussão, - pág. 6, 11, 16, 38 e 61.

Oraram os Srs. Rebouças, Vasconcellos (ministro da fazenda), Hollanda Cavalcanti, Castro e Silva, Martim Francisco, Carneiro Leão Maria do Amaral, Montezuma, Ferreira de Mello, Duarte Silva, Carneiro da Cunha, Ernesto França e Luiz Cavalcanti.

Ordenados dos oficiais das secretarias de estado – discussão do projeto n. 106 de – pág. 39.

Orçamento do ministério do império – discussão, - págs. 72, 105, 112, 120, 127 e 133.

Oraram os Srs. Montezuma, Lino Coutinho (ministro do império), José Bonifacio, Odorico, Rezende, Castro Alves, Soares da Rocha, Martim Francisco, Duarte Silva, Xavier de Carvalho, Carneiro Leão, May, Maciel e Carneiro da Cunha.

Orçamento do ministério dos negócios estrangeiros, - págs. 142 e 153.

Oraram os Srs. Carneiro da Cunha, Francisco Carneiro de Campos (ministro dos negócios estrangeiros), José Bonifacio, Rebouças, Maria do Amaral, Castro Alves e Custodio Dias.

Orçamento do ministério da marinha – discussão, - págs. 157 e 209.

Oraram os Srs. Castro e Silva, Montezuma, Maria do Amaral, Carneiro da Cunha e outros.

Orçamento do ministério da guerra – discussão, - pág. 163.

Oraram os Srs. Ferreira da Veiga, Manoel da Fonseca, Lima e Silva (ministro da guerra), Rego Barros, Montezuma, Costa Ferreira, Almeida Torres e Ferreira de Mello.

Orçamento do ministério da justiça – discussão, - págs. 168, 178 e 210.

Oraram os Srs. Montezuma, Caetano de Almeida, Feijó (ministro da justiça) e Luiz Cavalcanti.

Orçamento do ministério da fazenda, despesa e receita – discussão, - págs. 173, 181, 189, 195, 202, 217 e 218.

Oraram os Srs. Montezuma, Soares da Rocha, Rezende, Vasconcellos (ministro da fazenda), Hollanda Cavalcanti, Baptista Pereira, José Bonifacio, Ferreira de Mello, Carneiro da Cunha, Costa Ferreira, Maria do Amaral, Duarte Silva, Evaristo e Lobo.

P

Proposta do ministro do império – apresentação, - pág. 86.

Pensões – concessão de, - pág. 40.

Presidente da província do Rio de Janeiro – o Senado não adoptou a resolução da Câmara a respeito do presidente da província do Rio de Janeiro e seu conselho, - pág. 41.

Proposta do ministério da fazenda – apresentação, - pág. 51.

Pau-brasil – discussão do projeto considerando livre o comércio daquela madeira, - pág. 54.

Prisões – regulamento das – projeto de lei, - pág. 65.

Proposta do ministro da justiça – criação de um corpo municipal permanente, - págs. 77 e 156.

Prorrogação da assembleia geral, - pág. 87.

Presos – parecer da respectiva comissão sobre a proposta do governo àquele respeito, - págs. 208, 241 e 244.

R

Recrutamento – discussão do projeto n. 57 de 1831 sobre o recrutamento, - pág. 48.

Oraram os Srs. Hollanda Cavalcanti, Souto, Carneiro da Cunha, Maciel e Rebouças.

Reforma eleitoral – projeto do Sr. Castro Alves, - pág. 231.

Reforma da constituição – projeto do Sr. Henriques de Rezende para reformar-se o cap. 5º tit. 4º da constituição no sentido federal, - págs. 21, 40 e 52.

Reformas da constituição – parecer da comissão especial, - págs. 36, 55, 133, 162, 222, 230, 231 e 232.

Oraram os Srs. Rezende, Rebouças, Montezuma, Carneiro da Cunha, Carneiro Leão, José Bonifacio, José Cesario, Castro Alves e Hollanda Cavalcanti.

Na sessão de 10 de Setembro discutiu-se sobre a preferência das propostas de reforma constitucionais para a discussão. Foi preferido o projeto da comissão especial sob n. 102.

T

Tráfego de escravos – observações do Sr. Montezuma sobre este assunto, - pág. 30.